



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/07/2013

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DESEMBARGADORES.....	2
2.2. JUÍZES.....	3
2.3. SERVIDORES.....	4
2.4. SINDJUS.....	5
2.5. VARAS CRIMINAIS.....	6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	7
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. SINDJUS.....	8
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	9
5.2. DECISÕES.....	10
5.3. SEM ASSUNTO.....	11
5.4. SERVIDORES.....	12

TJMA atualiza data de eleição da mesa diretora da Corte

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou projeto de resolução, alterando o caput do artigo 89 do Regimento Interno da Corte de acordo com a Lei nº 131/2010, que já havia modificado a data de eleição dos membros da mesa diretora - presidente, vice e corregedor-geral da Justiça - para sessão extraordinária na primeira quarta-feira do mês de outubro dos anos ímpares, como é o caso de 2013.

Embora a nova data já constasse no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado, o Regimento Interno ainda indicava a elei-

ção para a primeira sexta-feira seguinte ao dia 15 de novembro. A alteração foi aprovada por unanimidade.

O mesmo projeto de resolução também suprimiu a expressão "úteis" após a palavra "dias" nos artigos 122, parágrafo 2º; e 158, parágrafo 10, do Regimento, que tratam do período para o magistrado entrar em exercício. A partir de agora, o parágrafo 2º do artigo 122 dispõe que, após a posse, o juiz titularizado terá quinze dias para o início do exercício. Já o parágrafo 10 do artigo 158 informa que o juiz auxiliar titularizado terá três dias.

Eleição no TJ

O comando do Tribunal de Justiça - presidente, vice-presidente e corregedor - será eleito em sessão extraordinária na primeira quarta-feira do mês de outubro dos anos ímpares, como é o caso de 2013.

Antes, a regra determinava que a eleição se daria sempre na primeira sexta-feira seguinte ao dia 15 de novembro.

Outra mudança: após a posse, o juiz titularizado terá 15 dias para o início do exercício, enquanto o juiz substituto será de três dias.

Agora sai

A cúpula do TJ voltou suas atenções para o braço maranhense da OAB.

Ali se desenha o desfecho da peleja judicial que impediu a eleição dos advogados que integrarão a lista sêxtupla, da qual sairá o novo desembargador pelo Quinto Constitucional.

É provável que a lista seja formada na próxima semana.

- **O juiz** Ronaldo Maciel (1ª Vara Criminal) confirmou a um interlocutor que vai mesmo sentenciar a turma das estradas fantasmas.

O PROJETO de transcrição, organização e elaboração do acervo histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão será apresentado durante o XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, que ocorrerá em Florianópolis (SC), entre os dias 7 a 10 deste mês. A experiência do TJMA será levada ao evento pelas servidoras Cíntia Andrade, coordenadora da Biblioteca, e Joseane Santos, bibliotecária.

NO ASSUNTO: o projeto objetiva a transcrição, organização e elaboração de instrumentos de pesquisas dos Livros de Registros de Testamentos configurados como escrituras testamentárias praticadas por famílias tradicionais maranhenses dos séculos XVIII e XIX, possibilitando o acesso da comunidade acadêmica, pesquisadores e outros segmentos sociais a esse rico acervo.

Servidores do Judiciário promovem reunião em SL

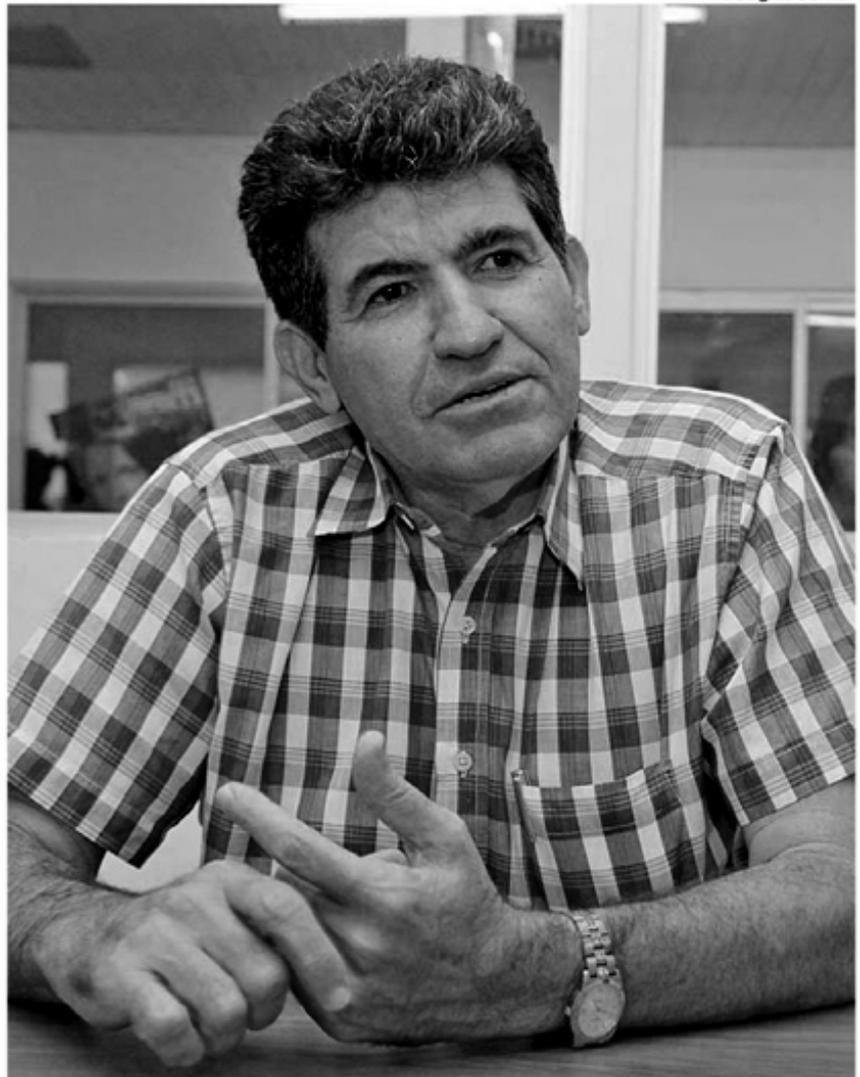
Douglas Júnior

Federação discute diversos temas que estão relacionados às ações nos tribunais

A Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud) promoveu, na noite de ontem, no Hotel Holiday Inn, em São Luís, a IX Reunião do Conselho de Representantes da instituição, que acontecerá até amanhã com a promoção de palestras e mesas-redondas. Entre os temas que serão abordados, estão o auxílio-moradia, análise do período de recesso dos integrantes de tribunais superiores e a validade ou não das férias de 60 dias aos magistrados.

Durante a abertura do evento, houve a palestra do jornalista, analista político e coordenador do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Queiroz. Ele fez um panorama sobre o atual papel do Estado na economia nacional, comentou o processo de sucessão presidencial e ainda abordou o impacto e as consequências geradas pelas manifestações populares do país.

O analista também citou quatro dimensões para justificar a existência dos atos de protesto do país. "É preciso destacar certas conjunturas como, por exemplo, a crise de representatividade, vista pelo cidadão, nas esferas do poder. Ou seja, o brasileiro não está se sentindo 100% representado. Há ainda um outro aspecto, que são os gastos para a Copa do Mundo.



Antônio Queiroz destaca o papel do Estado na economia nacional

Enquanto se gasta com estádios, setores fundamentais não têm a mesma atenção, quando se trata de investimentos. Outro aspecto é o medo da classe média brasileira, que elevou de patamar, na volta dos juros abusivos", afirmou o coordenador do Diap.

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado

do Maranhão (Sindjus), Anibal Lins, reforçou a importância da palestra para a categoria. "Nós, servidores da Justiça, precisamos estar todos bem informados quanto ao que acontece na sociedade brasileira. E nada melhor do que um evento como esse para que isso ocorra", disse.

Decretada prisão de tio suspeito de matar criança

A Justiça do Maranhão decretou a prisão preventiva do ajudante de pedreiro Paulo da Silva Soares, de 28 anos, suspeito de participar da morte de sua sobrinha, Gabrielle da Silva Coelho, de 10 anos, ocorrida no dia 25 de junho, na Vila Jota Lima, no município de São José de Ribamar. Segundo a polícia, ele teria encomendado a morte da criança e ainda ajudado um adolescente de 17 anos na execução. A prisão foi determinada pela juíza Livia Maria Graça Costa Aguiar.

De acordo com informações da Delegacia de Homicídios (DH), responsável pelo caso, Paulo da Silva Soares está preso desde o dia

29 de junho no Centro de Detenção Provisória, do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O adolescente, que foi apreendido, encontra-se na Delegacia do Adolescente Infrator (DAI).

O crime aconteceu por volta das 15h do dia 25 de junho, e o corpo de Gabrielle da Silva Coelho foi encontrado na sala da casa onde morava, com um profundo golpe no pescoço e a língua arrancada.

Segundo informações policiais, a menina, por encontrar-se de férias, estava sozinha em casa no momento do assassinato. No dia 29 de junho, a polícia apreendeu um adolescente de 17 anos como suspeito de ter participado do crime. Ele foi encaminhado à DAI, onde, em depoimento ao delegado Guilherme Sousa Filho, confessou sua participação no caso e denunciou tio da vítima como mandante por ter lhe oferecido R\$ 1.500,00 para auxiliá-lo no crime.

DATA ATUALIZADA

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou projeto de resolução, alterando o caput do artigo 89 do Regimento Interno da Corte de acordo com a Lei nº 131/2010, que já havia modificado a data de eleição dos membros da mesa diretora - presidente, vice e corregedor-geral da Justiça - para sessão extraordinária na primeira quarta-feira do mês de outubro dos anos ímpares, como é o caso de 2013. Embora a nova data já constasse no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado, o Regimento Interno ainda indicava a eleição para a primeira sexta-feira seguinte ao dia 15 de novembro. A alteração foi aprovada por unanimidade. O mesmo projeto de resolução também suprimiu a expressão "úteis" após a palavra "dias" nos artigos 122, parágrafo 2º; e 158, parágrafo 10, do Regimento, que tratam do período para o magistrado entrar em exercício. A partir de agora, o parágrafo 2º do artigo 122 dispõe que, após a posse, o juiz titularizado terá quinze dias para o início do exercício. Já o parágrafo 10 do artigo 158 informa que o juiz auxiliar titularizado terá três dias.

A NOVA CARA DO BRASIL

“Manifestações a serviço da mídia”

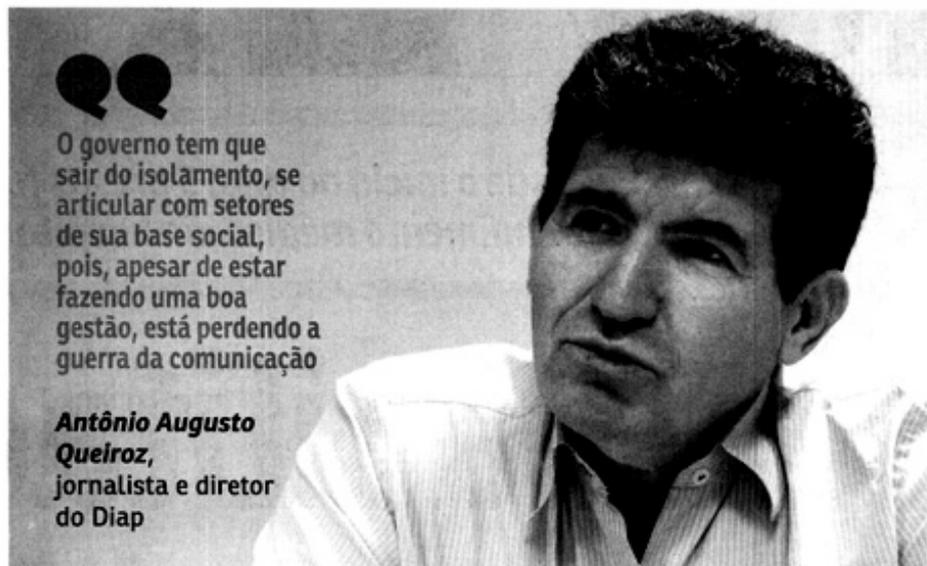
Jornalista avalia que atos recentes foram induzidos por campanha a serviço do mercado e que algumas medidas adotadas não resolvem problemas apontados pelos protestos

MICHEL SOUSA

O jornalista e analista político Antônio Augusto Queiroz, o Toninho, diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), avalia a atual conjuntura política do país e pede atenção para algumas medidas já votadas pelos deputados e senadores ou prometidas por eles e pelo governo federal que não resolvem plenamente os problemas apontados pelos protestos. Em alguns casos, as demandas ainda não tiveram sequer solução prevista.

A maior motivação das manifestações, segundo enfatizou, foi uma indução da população através da mídia a serviço do mercado que está contrariado com a redução da taxa de juros e que intensificou a ideia de que as conquistas obtidas estão ameaçadas. Esta estratégia criou um pavor na sociedade (classe média) e originou o “denuncismo” como arma política. “A mídia, a serviço do mercado que está contrariado, inflamou a sociedade através da ideia original do mercado que fez o denuncismo como arma política. No primeiro momento, casos como o mensalão, CPIs, etc, chamaram atenção, mas não fragilizaram o governo. Depois, partiram para a exposição das falhas do serviço público (o que surtiu mais efeito); e agora veio a segunda fase, que é mostrar a desorganização financeira do governo, o que levou o povo às ruas”, analisou.

Para o analista, o ambiente vivido hoje pelo país é de pura indignação quase que generalizada, onde a sociedade protesta; o mercado discorda das orientações do governo em torno das concessões públicas e do tratamento do mercado financeiro; e do próprio congresso, que tem tido resistência à postura governamental. Na visão dele, é um momento muito delicado para o Brasil pela disputa econômica sempre existente no diálogo político. “É um ambiente de muita



O governo tem que sair do isolamento, se articular com setores de sua base social, pois, apesar de estar fazendo uma boa gestão, está perdendo a guerra da comunicação

Antônio Augusto Queiroz,
jornalista e diretor do Diap

HONÓRIO MOREIRA/IMP/D A PRESS

apreensão e preocupação, onde você tem de lado a classe média, envolvida pelo processo, e os manifestantes, integrados principalmente pela juventude com idade em torno de 20 anos e que não tem elementos de comparação para chegar à conclusão de que a vida dela vai ser pior que a vida dos pais quando havia inflação, falta de acesso a bens, regime militar, etc”, ponderou.

Contra avanços

Numa análise mais detalhada sobre esta indução da mídia promovida pelo mercado, Antônio Queiroz afirmou que o governo está sendo questionado pelo mercado pelo que está fazendo de bom para a sociedade como, por exemplo, a imposição da universalização dos serviços públicos, da conquista da PEC do trabalho doméstico, que causou um desconforto à classe média, e ainda a limitação das margens de lucros das empresas prestadoras de serviços e a redução da taxa de juros. “As manifestações vieram para ficar, serão em menores quantidades, mas mais pulverizadas, e ficarão até 2014, onde serão fortalecidas pelas eleições e pela Copa do Mundo. O governo tem que sair do isolamento, se articu-

lar com setores de sua base social, pois, apesar de estar fazendo uma boa gestão, está perdendo a guerra da comunicação”, finalizou.

Três crises

Para o analista político, o país passa por três crises, diferentes: a falta representatividade - a população não se sente representada pelos políticos e entidades; crise de valores - as pessoas acham que o dinheiro público está sendo mal aplicado; e uma crise de qualidade de prestação de serviço público.

Hoje, o que está havendo é uma prevalência do poder econômico em relação à formação do poder no Brasil. Como há o financiamento privado de campanha, os parlamentares e os governantes, de um modo geral, considerando-se o custo elevado das campanhas, dependem desses apoios, e isso com certeza traz uma situação de constrangimento para esses parlamentares. “Enfrentar todas ao mesmo tempo não será uma tarefa fácil e isso vai ter reflexos na eleição presidencial, onde a presidente que estava no topo das pesquisas agora apresenta uma queda de popularidade”, comentou.

A “carona” observada na inclusão de itens diversos às matérias

votadas pela Câmara e pelo Senado (PEC 37; corrupção passiva como crime hediondo; cura gay, etc.) é comum nos parlamentos de todo o mundo em momentos semelhantes ao que vive o Brasil. Para ele, no entanto, a presidente Dilma Rousseff tem o poder de vetar e deve analisar, com cuidado, o que pode vir a ser considerado excesso, oportunismo, conveniência ou contrário ao interesse público.

Encontro

Na noite de ontem, membros do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus/MA) realizaram o primeiro dia do encontro que envolve as diretorias de todos os outros sindicatos representativos dos trabalhadores do Judiciário do país e da Federação Nacional dos Servidores dos Tribunais dos Estados (Fenajud), para discutir a posição da categoria diante do presente ‘cenário’ político nacional. A categoria ainda se reunirá hoje e amanhã no auditório do Hotel Holiday In. O painel de abertura contou com a participação de Toninho, que analisou a atual conjuntura política, que tem muito a ver com os trabalhadores do Judiciário que defendem leis conjuntas.

TJMA atualiza data de eleição da mesa diretora da Corte

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou projeto de resolução que altera o caput do artigo 89 do Regimento Interno da Corte de acordo com a Lei nº 131/2010, que já havia modificado a data de eleição dos membros da mesa diretora – presidente, vice e corregedor-geral da Justiça – para sessão extraordinária na primeira quarta-feira do mês de outubro dos anos ímpares, como é o caso de 2013.

Embora a nova data já constasse no Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado, o Regimento Interno ainda indicava a eleição para a primeira sexta-

feira seguinte ao dia 15 de novembro. A alteração foi aprovada por unanimidade.

O mesmo projeto de resolução também suprimiu a expressão “úteis” após a palavra “dias” nos artigos 122, parágrafo 2º; e 158, parágrafo 10, do Regimento, que tratam do período para o magistrado entrar em exercício.

A partir de agora, o parágrafo 2º do artigo 122 dispõe que, após a posse, o juiz titularizado terá quinze dias para o início do exercício. Já o parágrafo 10 do artigo 158 informa que o juiz auxiliar titularizado terá três dias.

ALCÂNTARA

Irregularidades em escolas do município motivam manifestação do MPMA

Devido à precariedade das escolas, falta de oferta de merenda escolar e de transporte para os alunos, entre outras irregularidades, a Promotoria de Justiça da Comarca de Alcântara ingressou, no dia 19 de junho, com Ação Civil Pública contra o município (a 423km de São Luís), representado pelo prefeito Domingos Santana Cunha Júnior e pelo secretário de Educação, José Ribamar Castro Alves.

Irregularidades – No dia 6 de junho, a promotora de justiça Bianka Sekeff Sallem Rocha, autora da ação, realizou vistoria nas escolas municipais Duque de Caxias (Povoado de Oitiua), Monteiro Lobato (Povoado Segurado), Naísa Araújo Leite (Povoado Castelo), Senador Archer (Povoado Rio Grande) e Santa Tereza (Povoado Manival). No Povoado Novo Belém, o prédio da escola estava fechado e abandonado.

Na ocasião, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) contatou diversos problemas, como a má conservação dos prédios, carência de funcionários destinados à limpeza e merendeira, sujeira, falta de água potável e de energia elétrica e ausência de fornecimento de merenda escolar aos alunos. Consta no relatório que, por conta da falta de alimentação, alguns diretores são obrigados a adiantar o horário do término das aulas, provocando atraso na carga horária.

Em razão das irregularidades, a Promotoria encaminhou dois ofícios à Secretaria de Educação requerendo informações sobre a aplicação do valor de R\$ 42.476 repassado à Prefeitura de Alcântara pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o fornecimento de merenda escolar às escolas do município. A tentativa de solucionar o problema por via extrajudicial não obteve êxito, em virtude de o MPMA não ter recebido qualquer

resposta do município.

Outros problemas – Anteriormente, em janeiro, a promotora de justiça já tinha recebido relatório do Conselho de Alimentação Escolar, o qual atestava a ausência de documentos referentes à compra de merenda escolar pelo município no ano de 2012.

Também foi repassada à Promotoria de Justiça da Comarca de Alcântara denúncia feita por moradores à Ouvidoria do MPMA que aponta a ausência de envio de recursos pelo município destinados à compra de combustível para os veículos responsáveis pelo transporte escolar dos alunos da Escola Santo Inácio, no Povoado de Oitiua. Também foi relatado que os ônibus estão em péssimas condições, tendo inclusive, um deles, pegado fogo. Em semelhante situação precária, encontra-se a referida escola: sem conservação, com matagal no entorno, sem carteiras e sem oferta de merenda escolar.

“A situação de descaso na educação do município é reiterada e contínua, sendo indispensável a intervenção do Poder Judiciário para tutelar os direitos fundamentais dos munícipes, que é o direito a uma educação de qualidade com estruturas dignas e merenda escolar para os alunos, cumprindo, assim, os mandamentos constitucionais”, afirmou, na ação, a promotora de justiça Bianka Sekeff Sallem Rocha.

Pedidos – Como medida liminar, o MPMA solicita que a Justiça determine que o município apresente a prestação de contas do valor de R\$ 42.476 repassado pelo PNAE, designe funcionários provisórios para exercer as funções de zelador e merendeira e garanta transporte escolar seguro e confortável aos alunos dos povoados São Raimundo, Itaperá, Baiacuaua e Nova Alcântara, que estudam em Oitiua.

TJ-MA apresenta projeto de preservação de testamentos em congresso nacional

O projeto de transcrição, organização e elaboração do acervo histórico do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será apresentado durante o XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, que ocorrerá em Florianópolis (SC), entre os dias 7 a 10 deste mês.

A experiência do TJMA será levada ao evento pelas servidoras Cíntia Andrade, coordenadora da Biblioteca, e Joseane Santos, bibliotecária. Mais duas bibliotecárias do fórum da capital participam como ouvintes do evento, que desde 1954 é um espaço de difusão de produção técnico-científica relativa a bibliotecas e propicia a atualização dos profissionais da área.

A equipe vai apresentar o projeto, que objetiva a transcrição, organização e elaboração de instrumentos de pesquisas dos Livros de Registros de Testamentos configurados como escrituras testamentárias praticadas por famílias tradicionais maranhenses dos séculos XVIII e XIX, possibilitando o acesso da comunidade acadêmica, pesquisadores e outros segmentos sociais a esse rico acervo.

"Esse valioso conjunto de testamentos possui importância simbólica e memorial para a sociedade maranhense, na medida em que permite o estudo acerca de vários aspectos do processo de formação do Estado do Maranhão", resumiu o presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

A fonte primária da pesquisa é o acervo de testamentos da Corte estadual, que compreende 36 códices compilados durante a gestão do ex-presidente do TJ, Lauro de Berredo Martins, e pertencentes ao acervo de obras raras da Biblioteca do Poder Ju-



Bibliotecárias do Judiciário exibem testamento transcrito

diciário. Em seis meses, a equipe já trabalhou com testamentos dos anos de 1751 a 1795, de 4 livros que foram catalogados, decifrados e transcritos pela paleógrafa e historiadora Arlidyane Silveira, funcionária da Universidade Federal do Maranhão e colaboradora.

Testamentos – Os testamentos são registros históricos da vontade de indivíduos oriundos de famílias de notório prestígio no Maranhão em seus leitos de morte. Contêm pedidos de recomendação em prol da salvação da alma, das práticas da caridade cristã, indicações de missa e do destino dos seus bens materiais.

Os documentos são iniciados

com uma invocação religiosa, seguida do nome e da filiação do testador, prosseguem com a encomendação da alma a Deus, e aos santos de devoção, acompanhados da declaração de que se encontra em seu perfeito e são juízo, além do registro dos detalhes do enterro, o número de acompanhantes, encerrando com a fórmula de aprovação redigida pelo tabelião.

Segundo a coordenadora da biblioteca, os testemunhos transcritos serão publicados e disponibilizados ao público como subsídios para pesquisadores e historiadores que costumam visitar o Tribunal em busca de informações. "O primeiro livro será publicado este ano, duran-

te as comemorações dos 200 anos do Tribunal de Justiça", informou.

Os testamentos são considerados um dos mais complexos e significativos registros de investigação histórica, na medida em que são expressas as últimas vontades do indivíduo e testemunham ainda acerca das condutas, se não de toda a sociedade, mas de grupos sociais específicos.

A formação do acervo de obras raras da biblioteca do Tribunal, onde se encontram os testamentos, ocorreu de acordo com o conceito de "raridade", baseada nas orientações da Biblioteca Nacional, que leva em consideração a história e as datas de impressão das obras.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
Comarca de São Francisco do Maranhão

EDITAL DE PRAÇA
(Expediente nº. 1037426)

A Exma. Juíza de Direito, FLÁVIA PEREIRA DA SILVA BARÇANTE, Titular da Comarca de São Francisco do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, etc.,

FAZ SABER que será realizada hasta pública do bem penhorado nos autos da AÇÃO DE EXECUÇÃO - PROCESSO Nº. 114-19.2011.8.10.0124 (114/2011), em que é exequente o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A e executado GENESIO SARAIVA DE SOUSA, na seguinte forma:

DESCRIÇÃO DO BEM: Uma gleba de terras denominada "FAZENDA MOURA", situada na data Contendas deste Município, com área de 194h,48a,00c (cento e noventa e quatro hectares e quarenta e oito ares), limitando-se ao Norte com terras de ausentes, ao Sul com terras de João Azevedo, ao Leste com terras dos herdeiros de Cipriano Azevedo e ao Oeste com terras de herdeiros de Antônio José de Sousa. A terra está cadastrada no INCRA sob o nº. 116.068.004.421/0, FMP=30,0, MOD. FISCAL=70,0, Nº DE MOD FISCAL = 2,05. Tem como título de domínio uma Escritura Pública de compra e venda, de 16/06/1982, registro nº. R11489, fls. 66, do Livro de Registro Geral de Imóveis nº. 2-A da Serventia Extrajudicial de São Francisco do Maranhão. A terra possui as seguintes benfeitorias. UMA CASA DE ADOBE, EM RUIM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SENDO QUE A PROPRIEDADE ESTÁ TODA CERCADA POR ARAME.

AVALIAÇÃO DO BEM: Total da avaliação: R\$ 80.0000 (oitenta mil reais), segundo o laudo de avaliação datado de 10/10/2012.

A PRIMEIRA PRAÇA será realizada DIA 16 DE JULHO DE 2013, ÀS 10:00 HORAS, no Atrio do Fórum local, situado a Rua Barão do Rio Branco, nº. 110, Centro, São Francisco do Maranhão/MA. Se não houver licitantes ou não alcançar o bem lance superior à importância avaliada, fica desde logo, determinada a SEGUNDA PRAÇA, a ser realizada no DIA 31 DE JULHO DE 2013, ÀS 10:00 HORAS, também no Fórum desta Comarca. Não comparecendo lançador à primeira ocasião, ou se o bem não alcançar lance superior ao da avaliação, seguir-se-á a sua alienação na segunda data, pelo maior preço, desde que não se ofereça quantia vil. Publiquem-se os editais de praça, observadas as formalidades previstas no art. 686 e seguintes do Código de Processo Civil. Intimem-se as partes de forma pessoal, bem como, seus representantes. Dos autos consta as seguintes anotações constantes na Certidão de Inteiro Teor do Imóvel: AV-21489 - EM HIPOTECA CEDULAR DE 1º GRAU, O IMÓVEL SUPRA DENOMINADO "MOURA" DATA CONTENDA DESTE MUNICÍPIO, EMITENTES: GENESIO SARAIVA DE SOUSA E SUA CONJUGUE. CREDOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. TÍTULO: HIPOTECA. FORMA DO TÍTULO: CEDULA RURAL HIPOTECARIA Nº. 13879537372-A. Pelo presente, fica intimado o executado das designações supra, na hipótese de não ser localizado para intimação na forma da Lei.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, expedi o presente edital, que será afixado no local de costume, no Fórum local, e publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de São Francisco do Maranhão, Estado do Maranhão, aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e treze (27/05/2013). Eu,

Lucinilde Moura Luz, Secretária Judicial, fiz digitar, conferir e subscriver.

FLÁVIA PEREIRA DA SILVA BARÇANTE

- Juíza de Direito Titular da Comarca de São Francisco do Maranhão -